O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

[illegible]

Volume I [illegible]

N.º [illegible] Maio

NOVA GOA

IMPRENSA NACIONAL

1904

COMMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Alberto Osorio de Castro.
Capitão José Augusto Alves Roçadas
J. A. Ismael Gracias.

SUMMARIO

Do 5.º numero

I — FORTALEZA DE CANANOR, pelo capitão *Roçadas.*

II — A INDIA EM 1623-1624 (continuacão), por *J. A. Ismael Gracias.*

III — CAMARAS AGRARIAS E COMMUNIDADES AGRICOLAS (continuação), por *J. M. do Carmo Nazareth.*

IV — A MISERICORDIA DE GOA (continuação), por *F. Ayalla.*

V — GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA (continuação), por *J. M. do Carmo Nazareth.*

FORTALEZA DE CANANOR

Quando a má fé do Samorim deixou as naus de V. da Gama sem carga e este perdeu a esperança de a poder obter pacificamente, retirou das aguas de Calicut com tenção de regressar ao reino sem mais detença, visto ter realisado o *desideratum* da descoberta do novo caminho para as Indias, e os seus navios não estarem em condições de afrontar uma lucta naval; muito dariam elles se conseguissem aportar sãos e salvos á barra de Lisboa.

Chegando á vista de Cananor foi muito instado pelo rajah, que mandára propositadamente almadias ao mar com o fim de o esperarem, para que desembarcasse o recebesse a carga que lhe faltava. V. da Gama respondeu que não desembarcava, porque á isso se oppunha um dos preceitos do seu *regimento* o qual prohibia se fosse a terra sem haver trato de paz e amisade. No entanto, favorecidas pela viração do mar, as naus entraram no porto da cidade, sendo logo rodeadas por almadias e zambucos que traziam refrescos e artigos de exportação, como gengibre, canella e outros que o rajah mandara apromptar para o completo da carga das naus. Ainda em um paran, que abordou a nau capitania, mandou um dos seus ministros que offereceu ao capitão-mór tudo o que elle e a sua gente julgassem necessario. Era tal a boa vontade e os dese-

jos d'este monarcha em nos servir e falar com V. da Gama, que, mandou immediatamente construir na praia uma ponte caes de madeira entrando pelo mar uns 10 metros, em cuja extremidade estava um pavilhão ondo poderia receber os nossos.

No dia seguinte realisou-se effectivamente a entrevista, dirigindo-se os capitães portuguezes vestidos com os melhores fatos e armas em bateis todos embandeirados e guarnecidos de colchas e pannos de veludo, no meio de salvas de artilheria, para a ponte improvisada onde el-rei os aguardava acompanhado de sete ou oito das pessoas mais importantes da sua côrte. Os dois irmãos Vasco e Paulo da Gama foram recebidos com todas as considerações, tomando-os o rei a ambos pela mão e assentando-se com elles no mesmo estrado coberto de um panno de lã preta.

Curioso de saber qual dos dois estivera prezo em Calicut, disse-lhe P. da Gama: — «Senhor, este meu irmão é a que el-rei fez mal sem lh'o merecer».

Então declarou que o Samorim lhe escrevera rogando-lhe que o desculpasse perante os portuguezes do mal que haviam recebido, porisso que tudo fôra causado pelos mouros, promettendo castigar aquelles que tão mal o tinham aconselhado, ao que V. da Gama respondeu: — «Senhor, quando el-rei der esse castigo, então veremos que fala verdade. Já isso nos não lembra, porque tempo virá, que mais se arrependerá». Assim se demoraram em conversa algum tempo, promettendo de parte a parte toda a franqueza, lealdade e maxima boa fé nos contractos entre os dois monarchas o responsabilisando-se o rei de Cananor em ter sempre carga bastanto para as naus que viessem do reino. N'uma palavra, firmou-se um tratado do paz e alliança, como hojo diremos, cujas clausulas principaes foram escriptas em uma folha de ouro assignada por el-rei, e seus regedores (ministros).

Finalmente, para remate o como testemunho da since-

ridade que animava as duas partes contractantes, o capitão-mór offereceu-lhe uma espada de copos forrados de ouro esmaltado, conteira de ouro e bainha de veludo; o rei de Cananor offereceu a D. Manoel um colar de ouro cravejado de pedras e perolas, largo. para doitar aos hombros, o qual, diz Gaspar Correia, podia valer uns dez mil cruzados; e ainda dez pannos de seda com fio de ouro, muito ricos. A V. da Gama e companheiros offereceu tambem objectos de valia.

Tres dias depois d'estes successos, recebido tudo o necessario para a viagem, o capitão-mór levantou ferro a 20 de novembro de 1498, dirigindo-se para Melinde.

Ficavam pois assentes os preliminares do nosso primeiro tratado de paz e commercio na India, trazendo como consequencia o estabelecimento de uma feitoria, condição prevista no texto da carta enviada a D. Manoel.

Iniciavamos essa politica colonial, que nos primeiros annos da conquista tão boa opinião nos grangeou entre os indios, e cujo periodo aureo fôra no governo de D. Francisco de Almeida, mas que bem depressa porém abandonámos, cedendo ao temperamento meridional. Ingenuos, crentes, timidos até, d'essa timidez que caracterisa os valentes, hypnotisados ainda pelos terrores soffridos nas longas e mysteriosas viagens maritimas, espantados com o resultado feliz d'essas proprias viagens que nos abriam tantos mundos desconhecidos, os marinheiros e soldados, de almas simples e credulas e de fé arreigada que viam em tudo a mão da Providencia, não podiam deixar de considerar como uma especie de milagre, e olhar com um certo mixto de respeito e fanatismo, tanta novidade e tanta maravilha. Assim ofuscava-os a pedraria, luxo e riqueza do Oriente, revelando-lhes uma grandeza mais solida do que a d'essa Europa de ferro, mais apurada do que a das côrtes feudaes do velho continente. Mas essa impressão traduzia-se em manifestações de pas-

mo, sem que lhes descesse ainda aos espiritos a ideia de cobiça.

Apenas os assomos de brio guerreiro innato ao seu caracter rude e provocados pela attitude hostil dos mouros, vinham a miudo pertubar a harmonia patriarchal que parecia querer arreigar-se entre os portuguezes e a gente do Malabar.

Deixamos V. da Gama, mar fóra, caminho de Lisboa, onde chegou em setembro de 1499. Recebidos com as maiores honras e cheios de beneficios os descobridores do novo caminho para o Oriente, o capitão-mór entregou a el-rei a carta de ouro assim como os presentes que trazia.

D'estes, offereceu á Senhora de Guadelupe que acompanhára os navegadores na arriscada empreza, o colar de pedras; e da carta de ouro qoe continha as bases do tratado com o potentado de Cananor. fez uso d'ella perante o conselho dos fidalgos que mandára reunir, no intuito do convencer as opiniões mais rebeldes a votarem pelo monopolio do commercio Oriental. A estes conselhos assistia sempre D. Vasco da Gama feito capitão-mór perpetoo de todas as armadas que passassem á India.

Optára-se decididamente pela conquista e monopolio.

Em março (25) do anno de 1500 largava pois de Lisboa uma frota de 10 naus grossas e providas de homens d'armas, marinheiros, capitães, pilotos, mestres, artifices, sangradores, frades, feitor para Cananor ou Calicut, mantimentos, munições, artilheria, artigos para permuta. como ouro em moeda, coral, vermelhão, cobre etc., pipas cheias de armas brancas para presentes, etc., de tudo emfim que necessario era para o effeito que se tinha em vista; levava como capitão-mór Pedro A. Cabral.

Depois de, por um desvio forçado, descobrir o Brazil, chegava á vista do promontorio Delly na costa de Malabar

apenas com seis naus, e no dia seguinte entrava na bahia de Cananor. Corria o mez de setembro.

Já el-rei o mandára cumprimentar fóra da bahia e lhe rogava que não proseguisse viagem sem desembarcar no seu porto, o que aliás estava d'accordo com as instrucções que o capitão mór trazia no seo regimento, não obstante recommendar-se muito especialmente a escolha de Calicut, para o estabelecimento da nossa feitoria principal, porisso que esta ultima cidade era o deposito dos primeiros productos, sobretudo da pimenta, ao passo que em Cananor carregava-se apenas gengibre e alguma canella.

Pedro Alvares Cabral mandou dizer a el-rei, que essa era a sua tenção, o desembarcar a gente e estabelecer feitoria, conforme lh'o determinava o rei de Portugal, porém que necessitava de terreno, materiaes e homens para se construirem as casas de habitação do pessoal e casa para a feitoria. Que o local melhor era a ponta do palmar a norte da bahia, porisso que alli os portuguezes poderiam ficar isolados da cidade, evitando-se d'esta maneira o convivio permanente, que sempre occasionaria desordens especialmente com os mouros.

O rajah accedeu promptamente ao pedido; fez desoccupar uns casebres de pescadores que viviam na referida ponta de terra e deu as providencias para serem satisfeitas todas as requisições.

O feitor Ayres Correa desembarcou logo com os carpinteiros das naus e dirigiu os preparativos das construcções, correndo tudo com tal celeridade, que dentro de poucos dias estavam concluidas uma casa grande para feitoria, casas para o capitão-mór e para os capitães commandantes das naus, casernas, casa com alpendre para egreja que foi da invocação de Nossa Senhora da Conceição e aposentos para os frades.

O palmar foi previamente arroteado, aproveitando-se as madeiras dos troncos e a ramagem para cobrir de olas

os tectos. O capitão-mór desembarcava clandestinamente de noute a ver os trabalhos e dar instrucções sobre o que convinha fazer-se com respeito á construcção de uma trincheira que servisse de resguardo ao acompamento. N'esse intuito deleniou uma estacada feita de troncos de palmeira fortemente pregados no solo e ligados por travessas grossas; parallelamente a esta estacada pela parte de dentro, levantou-se outra mais ligeira, e encheu-se de terra e pedra extrahida do fosso, o intervallo entre as duas, constituindo-se d'esta forma um parapeito de espessura bastante para resistir a qualquer ataque.

A obra de fortificação cortava a ponta de terra transversalmente, n'uma extensão de 40.m desde a costa norte toda constituida de rocha viva, até á praia na banda sul onde fica a bahia, fechando completamente o espaço occupado pelos portuguezes, e para onde so entrava por uma porta, cujo postigo todas as noutes era fechado com as formalidades das praças de guerra.

De bordo vieram armas brancas, bocas do fogo, munições e diversos artigos de palamenta.

Terminados todos estes trabalhos, mandou Pedro A. Cabral ao rajah o relatorio do que tinha feito e por um acto de boa politica, terminava por dizer que tudo lhe pertencia como senhor da terra e porisso, se não lhe agradasse o que se tinha feito, que mandasse desfazer as obras pois elle não estava alli senão para lhe obedecer. E' escusado de dizer que o rei, lisongeado no seu orgulho, se conformou plenamente com tudo.

O capitão-mór, desembarcou então com toda a gente, excepto as guarnições indispensaveis para o serviço ordinario do bordo, e com grande aparato de bandeiras, toques de trombetas e salvas de artilheria, entrou no acampamento, occupando cada um os aposentos que lhe estavam destinados, resando-se em seguida a primeira missa na rustica egreja de Nossa Senhor da Conceição.

Ao outro dia, com maior aparato ainda, teve logar a

entrevista do rei com o capitão-mór. Damos aqui a palavra ao chronista para mais natural expressão dos factos:

«E sendo apropriado o dia que El-Rei havia de se ver com o capitão mór, El-Rei mandou armar uma casa grande com ricos pannos armada, e muito grande, de fóra da cerca tanto como um jogo de bola, e derrador da casa grande terreiro, limpo com enxadas o varrido. E dentro na casa um estrado que era um poyal feito de terra amassada, acafelado com bosta de vacca, com que o chão da casa assim estava todo acafelado á mão, que melhores faziam, e em cima do estrado, em logar de alcatifa, um panno grosso de lã preta, em o qual ninguem se pode asseotar senão a pessoa do rei, porque este panno é o mór seu estado. D'esta casa para a cidade se fazia uma grande praia de areia. E logo pela manhã ao outro dia, qu foi desde S. Matheus Evangelista, el-rei veio; ao que o capitão mór mandou pôr muitas baodeiras pola cerca e muitos ramos. El-rei veio com todo seu estado, acompanhado de muita gente, que passavam de tres mil homens naires, que são sua gente d'armas, com espadas e adargas (escudos) e zaguncbos da compridão de meias lanças, de ferros de meio covado luzentes, e nos cabos assim guarnições do ferro e de arame com muitas argolinbas vãs, que brandindo faziam muito sonido, o uas maçãs das espadas, assim argolinhas quo são elles muito de esgrimir e brandir as espadas, de que os ferros são de muitas feições, quo umas são com pontas como as oossas, e outras largas na ponta, e outras são voltadas como fouces, por que elles oão têm nenhum ferir de ostocada, senão de golpo de que são grandes esgrimidores; e outros de arcos grandes, como d'Alemães, com um molho do frechas de canna e ferros de botão.

Todas estas gentes por seu custumo veni correndo com El-Roi; os arcos e frechas zaguncbos e espadas e adargas muito altas quaoto podem sobre as cabeças, esgrimodo as espadas, batendo as adargas nos braços em quo as trazem, e brandindo os zaguncbos e batendo com as frechas oos arcos e dando gritos por sua lingua quo dizem —cueuya — que fazem um arruido do guerra mui temoroso. E os mais d'elles vêm deanto d'ol-rei jogaodo das armas, em que são mui destros e ligeiros, porque andam nus sómente uns pannos com que se muito apertam abaixo de embigo o por derredor das coixas, com umas pootas compridas, o estes brancos, amarellos o rosados; e por neulium frio nem calma de dia nem denoite não têm mais vestido; e antre si taogendo muitos atabaques de dous fundos, em que tangem com ambas as mãos e muitas bacias pequeoas peoduradas por cordas, que tangem com

paus e outros sestros e buzios, e trombetas compridas, e outras muito voltadas assi como as trombetas romaoas, e d'ellas grande somma todas tangendo, e os atabaques o bacias, e o tocar das armas e suas gritas a causa que faz grande espanto.

El-rei vinha assentado em um andor de que já tenho feito menção de sua feição; e o panno em que vinha assentado lavrado de fio de ouro, com muitas franjas e borlas pendentes e do comprido de uma braça, e meia de largura postos os cabos em uns paus de marfim que o fazem estar aberto, pendurado em uma canna da grossura de um homem, que no meio faz uma volta arqueada, que não toca em que vae assentado; e sobre esto panno outro de seda lavrado muito rico, e almofadas de seda feitos da feição e largura do panno. El rei, nú, sómente do embigo para baixo até meias coixas trazia uns paonos brancos finos e miu tesos e não com muitas voltas, e por cima de todos outro panno enrolado deitado a modo de touca por cima pelos quadris; e na ponta d'esto trazia enfiados muitos anneis de ouro de ricas pedras; e no braço esquerdo do cotovello para cima, tres manilhas d'ouro e pedraria de muito valor. A cana do andor forrada de folha de prata e nos cabellos e logares em que vae pendurado o panno, umas guarnições de ouro e pedraria, robins de muito preço; e el-rei nas orelhas trazia umas arrecadas de ouro, e os cabellos atados em cima da cabeça. E junto com o rei vinha um pagem que lhe trazia uma copa de ouro em que elle cospe o betele, que sempre come o traz remoendo na bocca que é seu custumo, do qual betele adeante darei mais razão; e outro pagem, que em uma boceta d'ouro trazia a folha d'este batelo que lhe dava; e outro pagem que lhe trazia sua espada o adarga: e dois pageus, cada um de seu cabo, com grandes abanos de penas du pavão redondos, que o vinham abanando. O qual custume do abonar tem sempre onde quer que estão por grandeza de estado. Estes andores ha homens amestrados que os trazem, e em seu andar têm um compasso do andadura que indo elles correndo, quem vae no andor bem pode ir dormindo.

Com este modo do aparato e outros estados que adeante direi em seu logar, el-roi se metteu na casa que lhe estava concertada, de que mandou afastar sua gente, que ficou grande terreno. Então o capitão-mór com os capitães e fidalgos, e homens mais louçãos que já estavam prestes, sendo el-rei mettido na casa, sahiu da bastida, deixando de dentro da porta a gente, com bom recado os capitães e gente, e sahiu fóra com sómento espadas na cinta e adargas penduradas em tiracolos aos hombros e diante as trombetas o chegando o capitão-mór perto da casa, tanto como um jogo de mancal (10 a 15.m) sahiu el-rei fóra da

casa á porta, o qual o capitão-mór recebeu com grandes cortezias e muito acatamento e todos os capitães. El-rei com ambas as mãos tomou a mão direita ao capitão-mór, o a apertou nos peitos, que é modo de honra que estes reis têm entre si quando se recebem um ao outro, com que recolheram a casa, onde el-rei assentado em seu estrado fez assentar junto de si o capitão-mór, e os mais ficaram e estiveram sempre em pé. O capitão-mór deu logo a el-rei as cartas que lhe trazia, que eram escriptas em nossa lingua e na sua, que o Gaspar o lingua lizera, que tudo falava com el-rei; e tambem lhe deu o presente que trazia, que foram peças de panno de seda, veludos e setins, e uma bacia de mãos o gomil dourados e uma adaga guarnecida d'ouro esmaltada, formosa peça. O que tudo el-rei recebeu com muitos presentes, mostrando muitos contentamentos: Onde logo el-rei lhe deu um rico colar de ouro e pedraria e perolas, anois e manilhas tudo de pedraria para a rainha; e muitos pannos de seda e brancos que el-rei repartiu com os capitães, que Gaspar o lingua lhe dizia quem era cada um. Então el-rei perguntou ao capitão-mór se estava á sua vontade, e senão que tomasse todo quanto mais quizesse, que folgava muito ver que tinha sua gente assi fechada e todo o que tinha, e todo quanto mais tomasse lhe dava para sempre para estarem os portuguezes e a fazenda d'el-rei tão segura como dentro em Portugal, e alli descançassem e fizessem casas o quanto quizessem como cousa sua propria; e quando quizessem fossem folgar á cidade, e por toda a terra como quizessem; e que não fizessem mal, porque se lhe algum fizesse por isso seria morto. Pelo que o capitão-mór lhe rendeu grandes agradecimentos com muitas cortezias. Então lhe disse el-rei que de todo o que mais cumprisse lhe mandasse recado pelo feitor ou lingua, ao que tambem mandaria o seu regedor, e se fariam todas as cousas que cumprissem. Com que el-rei se despediu, e o capitão-mór se recolheu».

Estavam pois assentes, officialmente as boas relações de paz e amisade entre os portuguezes e a côrte de Cananor, conseguindo nós lançar os primeiros rudimentos da obra que em breve se transformaria na *fortaleza de Cananor*, sem as difficuldades que sempre encontravamos da parte dos reis gentios, difficuldades que até em Cochim, côrte com quem melhores e mais solidas relações tivemos custaram a vencer, como mais tarde veremos.

Como explicar esta attitude do rajah de Cananor tão differente da do Samorim de Calicut?

Dizem uns que era devido á sua indole bondosa, ao seu espirito justo e ao animo nobre e desinteressado, o que já não se dava com o rajah de Calicut que, na linguagem dos chronistas era — «o mais cobiçoso homem que havia e que para haver seu proveito fazia quantos *baratos* havia no mundo».

Outros como Gaspar Correa, attribuem o seu procedimento a uma questão de *crença* no que lhe prediziam os feiticeiros. Diz elle —«E isto disse el-rei, porque já tinha assentado em seu coração fazer toda a paz que os nossos quizessem, porque elle falava sempre com os seus *feiticeiros*, que sempre lhe tornavam a affirmar o que lhe tinham dito, e dizião a el-rei, que sem duvida eresse que os nossos fariam sempre muito mal a Calicut, e aos mouros de toda a India, destruiriam e deitariam fóra da India, que nunca mais teriam as navegações que tinham.....»(1).

Como os desejos do rei D. Manoel eram que se estabelecesse feitoria em Calicut, Pedro A. Cabral, depois de deixar no porto de Cananor, para serviço da feitoria, 20 homens, afóra 15 doentes e o feitor Gonçalo Gil Barbosa, seguiu para o porto d'aquella cidade, a rogo do Samorim.

E' por demais sabida a forma traiçoeira como este se portou; induzido pelas intrigas dos mouros e pelo seu espirito de ganancia, provocou um conflicto com os nossos, do qual resultou serem mortos quasi todos os portuguezes da feitoria, incluindo o proprio feitor Ayres Correa.

As naus ficaram assim por carregar e Pedro A. Cabral, limitando-se a incendiar as embarcações surtas no porto, e a bombardear a cidade, retirou para Capocate, sem saber o que deveria fazer, pois via-se na contingencia de regressar ao reino apenas com a pouca pimenta que tomára em Calicut. Achando-se todos n'este incerteza, falou

(1) Lendas. V. 1. pg. 114.

o ex-judeu Gaspar da Gama que tão celebre se tornára em Angediva por occasião da primeira viagem de V. da Gama. e salvou a situação aconselhando o rumo de Cochim, onde as naus receberam toda a carga que puderam comportar e em breves dias retiraram para o reino, deixando em Cananor uma guarnição competente.

Esta segunda viagem dos portuguezes ao oriente, tinha, como se vê, produzido grandes resultados: descobrira-se a America do Sul; encetaram-se relações commerciaes com o reino de Cochim, emancipando-nos do de Calicut, e assentaram-se os alicercos da nossa primeira fortaleza no continente asiatico.

Continuemos porém a descrever a evolução da futura praça de Cananor, evitando alongar-nos com factos que, embora de summo interesse o valor, não cabem todavia na esphera restricta de uma monographia.

D. Manoel resolvera ter permanentemente armada sua nos mares da India, e a melhor forma de o conseguir era, não esperando pelo regresso das que partiam, expedir uma em cada anno, largando de Lisboa no mez de março.

Obedecendo a esto principio, chegava em agosto de 1501 a armada de João da Nova que pouco se demorou, recebendo carga em Cochim e, depois de desbaratar uma esquadra de Calicut que ameaçava a feitoria de Cananor, cuja palissada ou tranqueira se estendia já por todo o seu perimetro, tomou a carga de gengibre e refrescos para a viagem, e reforçou a guarnição do posto com mais 50 homens, elevando-a d'esta maneira a 70, tudo gente assoldadada, sob o commando do Ruy de Mendanha, fidalgo valente e de experiencia, retirando em seguida para o reino.

Em março de 1502 largava de Lisboa nova armada de 10 naus de carga e 5 caravellas, guarnecida por 900 homens d'armas e capitães com os seus criados, afóra o pessoal civil e as tripolações respectivas. Era commandante V. da Gama que expressamente fôra nomeado para infli-

gir o castigo devido ao Samorim. Ao voltar ao reino esteve em Cananor, obtendo do rajah que a tranqueira da face do posto militar, que olhava para o continente fosse sobstituida por uma muralha de pedra com a competente porta, isto com o fim de se evitar que mal intencionados podessem pegar fogo á nosa povoação. Mandou tambem desembarcar de noute bastante artilheria que cautelosamente foi enterrada e coberta com terra. Eram 30 peças grossas, 52 falcões, 40 berços, os competentes reparos e munições.

Em 1505 chegava a Cananor o primeiro Vice-rei da India D. Francisco d'Almeida com uma numerosa e brilhante armada. Narrou-lhe logo o feitor que os mouros andavam revoltos e feitos com os de Calicut, e muito desesperados com o rei, por este ser a favor dos portoguezes em vista do que, mandara abrir um fosso largo em frente da muralha, e recolher muita pedra para quando fosse necessario desenvolver a obra cujos alicerces tinha já principiado.

O vice-rei falando com o monarcha, na primeira entrevista que teve com elle, fez-lhe ver a necessidade que os portuguezes tinham de mais terreno e de fazerem construcções de pedra para resguardo das fazendas e pessoas. Em tudo ello consentiu, repetindo que a ponta do palmar nos pertencia toda e porisso fizessemos n'ella tudo quanto quizessemos.

D. Francisco ordenou então que adeante da primeira muralha umas dez braças, se construisse nova tranqueira provisoriamente de madeira o terra, com o competente fosso, e no espaço comprehendido entre as duas se levantassem armazens de pedra para serviço das mercadorias que já eram muitas. Não deu maior incremento ás obras da fortaleza propriamente dita, por, na occasião, ter necessidade urgente de ir a Cochim.

Nos fins do anno do 1506, porém, morria o rei de Cananor, succedendo-lhe o principe seu sobrinho, que

sempre se mostrara mais afeiçoado aos mouros, chegando mesmo a correr voz de que elle, logo que herdasse a corôa, expulsaria das suas terras todos os portuguezes.

Na verdade, como acima fica dito, já nos ultimos tempos se manifestava um certo movimento revolucionario contra nós e accusações repetidas perante o velho rei que, a nenhuma d'ellas dava ouvidos. Porém, desde que subira ao throno o principe, as hostilidades d'antes apparentes transformaram-se em actos de verdadeira aggressão.

O vice-rei avisado da situação e sabendo por espiões que os mouros projectavam atacar o forte na entrada da monção, ordenou todas as providencias para a defeza; fez sahir uma caravella com gente, mantimentos e munições e nomeou Lourenço de Brito capitão de Cananor.

Este, logo que chegou mandou cumprimentar o rei, que se escusou a receber a visita, allegando o luto em que estava; e passando uma inspecção ao forte, encontrou as tranqueiras fracas em alguns pontos, reforçando-os com trincheiras de terra revestidas de pedra.

Entretanto chegava a Cananor uma outra caravella com as parcas do arroz de Baticalá e estando os grumetes a fazer agoada num poço que existia no campo exterior á tranqueira da frente, muitos mouros que andavam passeando, não poderam conter-se e provocaram uma rixa, matando logo dois d'elles. Os grumetes vendo-se assim atacados de subito e sem motivo, debandaram uns para o forte outros para os bateis.

O capitão da praça pediu reparação d'esta offensa ao rei, o qual dissimulado como era, deu uma resposta apparentemente satisfactoria, promettendo castigar os auctores logo que os descobrisse. Eram os preludios da tempestade que se aproximava. Todavia este facto serviu para mais nos precavermos. O vice-rei apenas d'elle teve conhecimento, mandou sair para Cananor seu filho D. Lourenço com uma pequena frota e instrucções para

ficar á disposição de Lourenço de Brito, se este assim o entendesse.

E' curioso avaliar-se o espirito que, n'aquelles tempos de verdadeira cavallaria, animava aqui todos os fidalgos portugoezes. A ambição do gloria era geral, e d'ahi a emulação entre todos, emulação que se na generalidade dos casos dava origem a actos de verdadeira dedicação e de heroismo, em alguns, raros felizmente, produzia desastres ou desaires, fructos já da inveja. Um exemplo da primeira temos nós no que se passou entre o filho do vice-rei e o capitão de Cananor. Damos a palavra ao proprio chronista.

—«Logo o visorei com muita pressa mandou partir seu filho em uma galé, que partiu só, e apoz elle partiu armada e ainda que D. Lourenço achou a caravella (1) e lhe deu o recado que levava ao visorei, não quiz tornar, e foi seu caminho a Cananor, porque não sabia o que o visorei mandaria e foi devagar, porque alcançasse armada que vinha apoz elle, com que toda entrou em Cananor, onde fallando com o capitão soube o que passára, e que tudo estava em calada, mas que el-rei não dera nenhum castigo aos mouros, e tinha sabido que tudo eram falsidades e dissimulações até entrar o inverno, e que a guerra era certa no inverno, que os mouros estariam seguros de soccorro. Então lhe disse D. Lourenço:

«Senhor L. de Brito, a guerra está certa, e portanto, se a Vossa Mercé aprouver eu envernarei aqui com mais gente, a que vos bem parecer, e mandarei a armada para Cochim para se carregarem, pois aqui não servirão, nem podem estar o inverno no mar». Ao que Lourenço de Brito respondeu:

—«Senhor D. Lourenço, eu sou aqui capitão, e el-rei aqui me mandou que o servisse, e eu tenho muito desejo de ganhar alguma honra, e mais do que ganhar dinheiro,

(1) Era uma caravella mandada de Cananor a Cochim com informações para o vice-rei.

pelo que mais folgarei com a guerra, que com a paz; e porque m'o Deus não acoime a soberba não será a guerra por mim levantada, porque não seja homicidio em trabalhos e mortes alheias; e se guerra houver e Vossa Mercê aqui estiver, eu que poderia ganhar ante vós? Deveis senhor, de contentar-vos com tantas honras como tendes ganhadas no mar e na terra, e tendes para ganhar toda quanta mais quizerdes; pelo que a mim fará grande mercê aqui não invernar, porque me tirareis o que posso ganhar em vossa ausencia, porque o temor que vos têm estes mouros será a causa de me não ficar nada, nem para estes senhores meus parentes que comigo vieram, cobiçosos de ganhar honra perante Deus os que morrermos, e os que vivos ficarmos ante el-rei, para alcançar alguma mercê; para o que tomaremos muito esforço com a esperança do vosso soccorro, se nos mal fôr».

«D. Lourenço se levantou com o barrete na mão, e levou o capitão nos braços dizendo: — Senhor toda a honra que tenho, Vossa Mercê m'a deu agora em louvar meus feitos; pelo que, em quanto viver, lhe serei em muita obrigação por tanta mercê como me aqui fez; e se errei no que fallei, m'o leve em conta porque cobicei ganhar honra á sombra de vossa bandeira, e não farei senão o que Vossa Mercê mandar, sob o mandado do visorei, meu senhor e pae».

Era presente o alcaide mór, que se chamava Guadelaxara, fidalgo castelhano d'amisade do visorei, que se criára com D. Lourenço, muito gracioso em seu falar, e mui valente cavalleiro, e disse a D. Lourenço:

—Señor, ideos norabuena para Cochim, que se uviera guerra y aqui estivierdes, no prestaremos para mas que correr após los moros que de vós huyeron, que por Dios, que se con nos pelean este invierno, que como viniere el verano, que supieren que venis, todos luego han de huyr, y asentar paz antes que llegues; y portanto ideos con Dios, e dexanos merecer lo que comermos». D. Lourenço

com muyto prazer lhe respondeu:

—«Senhor alcaide-mór, bem sei eu que se os mouros vos ousarem aguardar, não será necessario ninguem vos ajudar, por muitos que elles sejam».

Resolvido a partir, D. Lourenço disse ao capitão que mandasse desembarcar de bordo tudo o que quizesse, recolhendo-se realmente para terra, artitheria grossa e miuda, polvora, munições, 20 bombardeiros e outra gente, que com a que já estava na praça e os 40 homens d'armas amigos e parentes do capitão, prefez uma guarnição de 400 combatentes que elle julgou sufficiente, por os soccorros estarem perto e ainda porque tencionava conservar-se na defensiva.

Passavam-se estes factos na entrada do mez de maio de 1507.

Nova Goa, 25 de maio de 1904.

José Augusto Roçadas
Capitão do S. d'Estado-Maior

(*Continúa*)

Observação — No nosso ultimo artigo sobre Angediva, publicado no n.º 4 d'esta revista, em nota á pg. 158, referindo-nos á synopse chronologica dos documentos que esclareeem a cedencia de Bombaim, citados na historia de Goa, do sr. pe Saldanha, esqueceu-nos informar os nossos leitores de que essa synopse é trabalho original do sr. Ismael Gracias, já muito conhecido pelos seus escriptos. A Cesar o que é de Cesar.

A INDIA EM 1623-1624

Excerptos das Memorias do viajante italiano Pietro Della Valle

(Continuação do n.º antecedente)

Terceira carta

Escripta de Goa, a 10 de outubro de 1623.

Começa por dizer que fez uma excursão de Goa para o interior da India, ao sul, até ao Canará, acompanhando João Fernandes Leitão que, por ordem do vice-rei, fôra mandado como embaixador ao principe gentio d'aquella provincia, Venctapa Naique.

Tendo estado em Goa alguns dias na casa dos jesuitas, onde recebeu excellente gasalho, d'elles se despediu no 1.º de maio e passou a morar na casa que lhe estava preparada, fronteira á de D. Helena da Cunha, e situada entre os conventos dos carmelitas descalços e das freiras convertidas de Santa Maria Magdalena (1), n'um logar affastado, mas conveniente, não longe do commercio da cidade, e muito commodo para o novo inquilino, por estar proximo da sua querida Maria Tinatin.

Em maio sentiu o excessivo calor, habitual em Goa. O verão, por esse tempo, estava a findar, «podendo-se dizer que, em cada anno, ha dois verões e dois invernos em Goa e regiões adjacentes, porquanto o sol passa por sobre ellas e se affasta duas vezes ao anno, uma para o norte e outra para o sul».

(1) Freiras convertidas, diz o autor, mas trata-se manifestamente do *Recolhimento de St.ª Maria Magdalena*, fundado pelo arrebispo D. fr. Aleixo de Menezes para as mulheres arrependidas, e por elle entregue depois á administração da Misericordia.

A 11 de maio, um fidalgo portuguez, que chegou da côrte de Hespanha por terra, via Turquia, e segundo diziam com brevissima viagem, trouxe despachos da côrte, de fins de outubro do anno antecedente, e noticias. entre outras, da canonisação de cinco santos, feita simultaneamente n'um só dia: S. Ignacio de Loyola, fundador dos jesuitas, — S. Francisco Xavier, jesuita e apostolo da India Oriental, — S. Filippe Nery, fundador da Congregação do Oratorio, «com o qual Della Valle se lembrava ter fallado na infancia e cuja figura tinha tão bem impressa na memoria, que o poderia reconhecer, se ainda o visse», — Santa Thereza, fundadora das carmelitas descalças — e S. Isidoro, de Hespanha (1). Teve egualmente noticia do fallecimento do duque de Parma, Rannucio Farnesio, e de seu irmão cardeal ter ido governar esse Estado pela menoridade do duque successor. Esse fidalgo portuguez declarou ter encontrado em Marselha o correio que fôra á Hespanha com a nova da perda de Ormuz; e, quanto ao casamento entre o principe Carlos, filho de Jayme I, da Inglaterra, e a Infanta d'Hespanha, informou que nada se achava concluido. Parecia ao viajante que a noticia da perda de Ormuz, devida principalmente aos inglezes, suscitaria muita difficuldade para o tratado d'esse casamento (2).

Em 7 e 8 de maio (3), chegaram a Goa quatro carmelitas descalços italianos, dois em cada dia, por terem vindo de Mascate em barcos differentes. Mandados pelos seus superiores de Roma para a Persia, souberam em Alepo que os frades da Persia estavam afflictos pela sorte dos novos christãos, descobertos e assassinados no anno de 1622; não tendo com que subsistir, — não sabendo o que deviam fazer, — aterrados egualmente com as narrações de varios commerciantes que exaggeraram as cousas, — e sendo avisados por alguns que provavelmente os não desejavam na Persia, esses padres resolveram vir á India e a Goa, ter com o provincial; mas, não trouxeram nova alguma

(1) A canonisação foi decretada pelo papa Gregorio XV a 12 de março de 1622. Veja-se F. N. Xavier — *Resumo historico da vida de S. Francisco Xavier*, nota a pag. 253, e o senhor, Conde de Samodães — *A Seraphina do Carmelo*

(2) Este casamento não chegou a realisar-se e «quaesquer que sejam as causas porque se não effeituou, póde-se affirmar positivamente que não foi por causa de Ormuz» (Mr. Ed. Grey).

(3) Assim está, sem reparo do editor inglez; mas deve ser indubitavelmente a 17 e 18 de maio.

recente de Roma, donde haviam sahido onze mezes antes. Chegaram todos doentes, tendo soffrido muito nos desertos da Arabia e em outros logares da jornada, onde experimentaram penurias; e, por tudo isto, não poderam durante a viagem guardar a quaresma nem as festas, alimentando-se quasi exclusivamente de tamaras. Tres morreram dentro em poucos dias, salvando-se o quarto d'uma prolongada e perigosa enfermidade.

No dia 18 de maio, houve ruidosos repiques em todas as egrejas de Goa, por terem chegado de Hespanha boas novas da saude de El-rei (1); «mas eu disse commigo: antes valia que se restaurasse Ormuz e os sinos tocassem garridos por um e outro motivo. Que frivolo povo!»

Os carmelitas descalços festejaram especialmente no dia 20 de maio a canonisação de Santa Thereza. Mandaram dois meninos portuguezes a cavallo, com ricos trajes, como correios para a annunciarem ao vice-rei com certos versos; em seguida ambos percorreram toda a cidade precedidos d'um arauto, espalhando pelo povo outros versos com a mesma noticia, repicando durante esse tempo todos os sinos dos carmelitas e bem assim os de outras egrejas por ordem do arcebispo. A' noite, esses frades e seus amigos deitaram luminarias pela cidade, e, para os obsequiar, os principaes portuguezes a percorreram de léz a léz, em cavalgadas, cada um a seu bel-prazer, uns mascarados, outros não. Dilla Valle tambem se associou ás festas «em vista da especial devoção que professava á Santa». Fez um quadro da sua invenção, affixado ao seu retrato, que adornou com doze figuras, representando as doze principaes virtudes exercidas por St.ª Thereza em vida; acrescentou a cada figura um emblema apropriado a cada virtude, pondo-lhes varias legendas em doze linguas differentes, com certos versos italianos ao pé, para explicar os emblemas, correspondentes áquelles doze attributos, e uma dedicatoria em tres ou quatro linhas, em prosa, aos frades carmelitas da Persia, do collegio das linguas orientaes. Além d'esse quadro, aproveitando-se da liberdade de cada um se exhibir á vontade, vestiu-se á moda d'um beduino do deserto, o que todos consideraram magnifico e galante. Fez-se acompanhar do menino Antonino, filho do seu amigo Antonino (ou Antonio) Baracho, de quasi 12 annos de edade, um dos que

(1) D. Filippe IV de Castella e III de Portugal.

tinham ido annunciar a canonisação ao vice-rei; fêl-o vestir com um fato persa que tinha trazido da Persia, figurando-o um nobre soldado Kazilbash(1), extravagante e guapo; de forma que ambos proporcionavam á cidade toda um excellente espectaculo.

Continuando as festas, houve na manhã de 21, na egreja dos frades descalços, uma solemne missa em acção de graças pela canonisação, pregando um eloquente panegyrico d'ella um frade augustiniano; assistiu ao acto o vice-rei e muito povo.

Poucos dias depois, começaram as chuvas com as quaes «diminuiu o calor, e a terra que anteriormente estava secca e arida, se revestiu de verdura e flôres de variegadas côres; o ar, especialmente, tornou-se mais saudavel, fresco e benigno aos sãos e doentes. Com a inundação das grandes correntes que as chuvas arrastam da terra circumjacente, tornou se egualmente doce o braço do rio, que contorna a ilha de Goa, e que é ordinariamente salino, não obstante receber aguas doces de varios ribeiros»; e começou a cultura dos arrozaes.

A 5 de junho, Della Valle fallou pela primeira vez ao vice-rei, a quem apresentou as cartas de recommendação, que trazia de Roma para o seu antecessor, do cardeal Crescencio, e do duque de Albuquerque, então embaixador de Sua Magestade Catholica n'aquella cidade. O vice-rei, sem as lêr em presença do italiano, declarou lhe que era desnecessaria a recommendação, e que estimava conhecel-o, fazendo-lhe attenciosos offerecimentos. Não lhe fallou por muito tempo, visto ter de dar audiencia a muitos fidalgos portuguezes do seu conselho e a varias autoridades; mas, ao sahir disse ao padre Moryad, jesuita, seu confessor, que fôra quem apresentára o viajante que, em mais conveniente occasião, desejava fallar-lhe d'espaço ácerca das cousas da Persia, e que o preveniria, — que, no emtanto, estimaria ter por escripto a relação que, alguns dias antes, Della Valle escrevêra das guerras da Persia, relação de que tivéra noticia pelo mesmo padre, o qual a tinha visto, e que o italiano entregou por mão propria, no seu

(1) Litteralmente *cabeça vermelha*. Uma tribu guerreira da Persia, assim denominada da côr do seu toucado, que se adoptou por ordem do primeiro rei da dynastia Sophi ou Safavy, como um distinctivo da seita dos Shias (Nota do editor inglez).

original toscano, fazendo o padre Moryad a versão em portuguez, pelo vice-rei não saber a lingua italiana.

A 9 de junho, realisou-se no collegio dos jesuitas, com prévia oração em latim (oração de sapiencia), a abertura das aulas, que, terminadas as férias das calmas, recomeçam com as chuvas. Receberam-se em Goa cartas de alguns banianes, communicando que o Mogol tinha tido um encontro com seu filho rebelde, o Sultão Chorrom, que, em seguida, havia retirado a uma fortaleza no topo d'um monte, onde seu pae o trazia sitiado.

No dia da festa de S. João Baptista, 24 de junho, «conforme o costume annual, o vice-rei com muitos outros portuguezes qualificados andaram a cavallo pela cidade em trajes de mascarada, mas sem mascaras, dois a dois, ou tres a tres, e tendo ouvido missa na egreja de S. João (?) foram á rua de S. Paulo que se chama a da *carreira dos cavallos*, e é o melhor logar de Goa. Ahi muitas companhias de christãos indigenas marcharam com suas bandeiras, tambores e armas, saltando e dançando pelas ruas. com espadas desembainhadas nas mãos. pois todas essas companhias são de infanteria; porfim vieram com cimitarras mouriscas e déram duas corridas, uma desde a egreja de S. Paulo para baixo, e outra para cima, em grupos de dois a dois, ou de tres a tres, á sua vontade. Ultimamente juntando-se todos e marchando em boa ordem, dirigiram-se ao terreiro do palacio do vice-rei, terminando por esta forma a solemnidade».

Della Valle assistiu a este espectaculo, ficando na mesma rua de S. Paulo, em casa d'um individuo «que se chama Rei das Maldivas, das quaes um dos seus antecessores foi de facto rei, mas, expulso dos seus dominios pelos seus proprios subditos, se acolheu aos portuguezes e se fez christão, com esperanças de recuperar assim o seu reino. Mas, os portuguezes em nada lhe valeram e elle com os seus descendentes vive despojado do seu reino, logrando apenas o titulo vazio de rei, que os portuguezes, agora seus alliados, ainda lhe dão. E porque muitas naus mercanres vém das Maldivas commerciar aos portos portuguezes, são por elles (os portuguezes) forçadas a pagar-lhe, como seu legitimo soberano, um pequeno tributo, do qual os governadores dos portos, nos quaes, por necessidade, o rei tem de confiar, subtráem quasi metade. Não obstante, elle percebe actualmente quasi 3 mil corôas por anno, com que se mantém. Igual sorte tem tido outros

principes indianos que, fiando-se nos portuguezes, se têm visto enganados. Mal se attende n'isto á razão de Estado, pois com semelhante procedimento, os portuguezes têm perdido a confiança de outros. Se elles o auxiliassem e protegessem, como deviam e podiam ter feito com facilidade e pequena despeza, teriam alcançado a sympathia de toda a India, e com a força e auxilio dos seus alliados, se tornariam mais poderosos, como incomparavelmente são os mais temidos pelos seus inimigos». (1)

No dia 25 de julho, teve logar a a festa ao apostolo S. Thiago com egual pompa da de S. João Baptista; tendo, porém, o vice-rei ouvido missa na egreja de S. Thiago. (2)

A essa egreja foi tambem Della Valle com o padre Ruy Gomes Baracho, irmão do sobredito Antonino Baracho.

---

(1) Sobre os factos concernentes ás Maldivas e ao seu rei christão, remettemos o leitor á *Viagem de Francisco Pyrard*, traduzida e annotada por Cunha Rivara, tomo I, pags 200 a 219, e tomo II, pag. 122 a 123. Em nota a pag. 202, dizia Rivara que, em tempo e logar opportuno, publicaria uma Memoria especial sobre as acções dos portuguezes nas Maldivas e noticias da familia do seu rei christão; mas não consta que o tivesse feito. O rei, em cuja casa esteve Della Valle, devia ser o mesmo a quem, no anno de 1618, se conferiu, por mercê regia, um habito de Christo com 200$000 réis de tença (*Archivo Portuguez-Oriental*, fasciculo 6.º, docs. n.os 451 e 452) e que, alguns annos antes do nosso viajante, Pyrard descreveu n'estes termos:

«Vi em Goa o neto deste rei christão, que tinha de idade quinze annos, com sua mãi que era portugueza. Chama-se elle Dom Philippe, e os portuguezes o tratam por *Magestade* (a), e lhe chamam Rei das Ilhas de Maldiva, honrando-o e respeitando-o muito. El-rei de Hespanha lhe dá uma pensão, e assim a sua mãi. A sua casa é perto do Collegio dos Jesuitas, e ahi fui vêl-os muitas vezes, e até me rogavam a isso, porque eu tinha estado nas ilhas de Maldiva, e elles folgavam muito de ouvir contar as suas cousas. Este rei menino anda em demanda com um seu tio, que vive em Cochim, onde é casado, e a causa da demanda é que o tio tambem se diz rei das ilhas de Maldiva. Este tio é casado com uma dama mestiça, mui nobre, e mui rica, com o que se sustenta mui limpamente, porque elle da sua parte não tem mais que a pensão d'El-rei, que é pequena, e ainda mui mal paga a maior parte das vezes».

(2) Esta egreja, uma das mais antigas de Goa, ficava na fortaleza de Banastarim, aldeia de Corlim. Com a extincção, a confraria, que n'ella existia, de Nossa Senhora do Amparo, passou para a egreja de Corlim.

(a) Nisto se enganou o autor. Nem o rei das Ilhas de Maldiva, nem outro algum rei do Oriente era tratado dos portuguezes por *Magestade* (Nota de Cunha Rivara).

«Em S. Thiago ha uma porta sobre o passo, que é frequentado pela gente que vem e vae para a terra firme, e é chamado pelos indigenas Banastarim, nome com o qual tambem o mencionam os nossos chronistas nas suas obras concernentes a estas regiões, como Osorio, Maffei, etc. (1). Essa porta, como outras identicas, são guardadas pela tropa, commandada por um capitão que tem esse encargo, dando-se-lhe uma bella habitação sobre a muralha, que n'este logar é mui alta, formando uma especie de bastião, ou antes um cavalleiro, para a artilheria; não de muito bom plano, mas com bastante solidez, onde se guardam as peças para a defeza do sitio».

Visitaram ambos o capitão da fortaleza, que era Manuel Pereira de Lacerda, e do elevado balcão de sua casa e do cavalleiro gosaram a bellissima paizagem dos campos em roda, tanto da ilha, como do continente, distinguiveis á grande distancia. Em casa do capitão, suas tres filhas fizeram musica ao alaúde, tocando e cantando muito bem á moda portugueza. Perto da egreja de S. Thiago viu algumas casas, formando uma pequena povoação, que tambem se chama S. Thiago; a estrada de S. Thiago á cidade era um agradabilissimo passeio, vendo-se os campos verdejantes e, d'um e outro lado, coqueiros, jardins e casas de campo, com variadas arvores. «No inverno, os muros d'esses jardins tornam-se todos verdes com musgo e outras hervas que crescem, offerecendo o mais agradavel aspecto que tenho visto na minha vida, principalmente por ser natural e espontaneo. Creio que isto succede não só na ilha, mas ainda em toda a região visinha».

«No campo adjacente á cidade, perto das ruinas d'um edificio abandonado, destinado para egreja, mas nunca completado, ha um poço, obra dos gentios, outr'ora senhores da região, um dos maiores que tenho visto, circular, do diametro de quasi 20 passos meus, muito profundo, tem barbacã ou muro, á altura do peito, com portas, uma das quaes conduz a uma dupla escadaria até ao fundo, para se ir buscar agua, quando está muito baixa.» (2)

---

(1) *Nossos chronistas*, diz o autor; advirta-se, porém, que Osorio (Jeronymo Osorio) não foi italiano, mas portuguez. Verdade seja que as suas obras foram publicadas em Roma no anno de 1592, sendo talvez devido a esta circumstancia o equivoco.

(2) Suppõe o editor inglez que este poço seria o chamado *poço de S. Francisco Xavier*. Não nos parece.

Em 26 de julho, foi da cidade a um logar de recreio, onde fica a egreja de Sant'Anna (Talaulim), na qual era grande a concorrencia, por ser dia da respectiva festa (1). «Essa egreja fica em logar muito baixo, por entre muitas habitações, tanto dos moradores indigenas, como dos fidalgos portuguezes, que ahi têm casas de campo onde passam um mez. O sitio é mui pittoresco, com palmeiras e outras arvores, e magnifica a estrada, que conduz para lá, toda coberta de verdura». Tendo ouvido missa, encontrou o seu amigo João da Costa Menezes, com o qual foi jantar á casa d'um vigario de outra egreja, não mui distante, pequena, da invocação de St.ª Maria do Loreto, onde passaram todo o dia em palestra com o vigario e outros amigos. (2)

---

(1) Desde epocas remotissimas a festa de Sant'Anna em Talaulim é, como as de N. S. da Nazareth de Siridão, Menino Jesus de Colvá, N. S. do Rosario de Navelim, N. S dos Milagres de Mapuçá, muito popular. Segundo a tradição, iam áquella festa rapazes, raparigas e mulheres recemcasadas, ou as que não tivessem filhos, levando cada qual suas offerendas, que depunham aos pés d'uma imagem da avó de Christo, exposta para esse fim em logar accessivel Os rapazes offereciam uma colhér de pau, dizendo: *Senhora tomae colhér, dae mulher.* As raparigas uma porção de *urida* (phaseolus max) e a sua deprecatoria era: *Senhora, tomae urido, dae marido* Finalmente as recemcasadas, ou as que não tivessem filhos, pepinos verdes (fructa abundante em julho), com a seguinte prece: *Senhora, tomae pepino, dae menino.* Veja-se a nota seguinte.

(2) O editor inglez ignora que egreja seria essa, de N. S do Loreto; era a de Goalim-Moulá, ha muito extincta, tendo sido encorporados os seus bens e cofre na de Sant'Anna. A respeito da fundação das egrejas de Sant'Anna e de N. S. do Loreto, dá o padre Francisco de Sousa no *Oriente Conquistado* estas curiosas noticias:

«Na ilha de Goa no anno de 1577 nos compraram uns devotos o sitio em que se fez a quinta de Santa Anna, aonde todas as semanas se vão recrear os estudantes do Collegio de S Paulo. O padre, que aqui residia, tractava da conversão dos gentios da aldea Moulá e Talaulim: e depois de haver conduzido ao baptismo um bom numero de gentios de ambas as aldeas, se dispoz a fabricar-lhes uma ermida e duvidando-se do santo a quem se havia de consagrar, affirmou um gancar por nome Bartholomeu Marchona, que elle vira descer do monte á egreja, que então se começava, uma matrona velha com canna na mão, e chapeu na cabeça, a qual dissera que aquella casa era sua e queria morar nella. Duvidou o padre do nome desta matrona, e divulgando-se o caso pela aldea, foi ter com elle uma bramana velha convertida de pouco, e lhe referiu que estando ella gravemente enferma, lhe apparecêra em sonhos a mesma matrona e lhe pegára por uma mão, e a mandára levantar, dizendo lhe que o seu nome era Anna e que desejava ter uma casa naquella aldea. E como o effeito deste so-

«A' noite choveu, e, resolvi-me por isso a voltar n'um d'esses transportes que os portuguezes chamam *rete*, uma rêde de cordas, pendente d'uma cana da India, á qual estão presas ambas as suas extremidades. Na rêde que é do comprimento d'um homem, e tão larga que, extendida ao meio, o comporta, vae uma pessoa deitada muito convenientemente com uma almofada á cabeça e os pés levantados para as extremidades, e o resto do corpo oscillante sob a cana que quatro homens, dois adeante, dois atraz, carregam aos hombros; se o individuo fôr pouco

---

nho foi a saude e conversão da bramana, ficou o padre entendendo que a gloriosa Santa Anna queria ser venerada entre aquelles christãos, e dedicou-lhe a nova ermida, cujos vestigios ainda hoje apparecem. Dividiu-se depois esta freguezia em duas, sendo já vigarios os clerigos naturaes, e na de Moulá se fez uma boa egreja de Nossa Senhora do Loreto, e na de Talaulim outra de Santa Anna, que é das melhores da ilha de Goa. Correm estas appariçôes por tradição certa e sem duvida entre os naturaes, e o padre Antonio Francisco da Cunha vigario de Talaulim o affirma com juramento em um informe, que me escreveu obre esta materia, acrescentando que os sobreditos successos se referiram muitas vezes dos pu'pitos, e se representaram em theatras. Ainda em algumas casas da mesma aldea apparece a Santa pintada com chapeu na cabeça, e canna na mão, lançando fóra ás pancadas os ministros do pagode antigo, que, aterrados com este castigo, como elles dizem, se passaram á terra firme com os idolos, que tinham escondidos em um valle no bairro Galichê varâ» (*Oriente Conquistado*, tomo II, conquista I, div. II, § 11).

Em 1865 escrevia Cunha Rivara que trasladou e publicou os epitaphios existentes na egreja de Sant'Anna de Talaulim: «Era Talaulim uma prospera e povoadissima aldeia, quando a cidade de Goa tambem era prospera e povoada. As mesmas causas tornaram deserta uma e outra. Dista a igreja parochial de Sant'Anna da antiga cidade uma legua, e quem sáe pelo arco de Santo Agostinho, descobre a poucos passos o vestigio da antiga e excellente calçada, que de antes ligava a aldeia á cidade, e ainda está em alguns pontos em soffrivel estado, posto que na sua maior extensão destruida» (*Almanack Litterario*, por A. J. Gonçalves de Figueiredo, para o anno de 1866, pag 45).

Um d'aquelles epitaphios publicados por Cunha Rivara diz:

Sepultura de Bartolameu
Marchioni gancar desta
aldêa de Talaulim e
de seus herdeiros

Por certo que é do mesmo Bartholomeu Marchona, o da singular visão descripta pelo padre Sousa. Os seus descendentes, com a epidemia que, em 1783, flagellou Talaulim e aldeias circumvisinhas, passaram a estabelecer-se em Margão, onde existem ainda, percebendo os varões o jono da communidade d'aquella aldeia. Marchioni seria appellido italiano, provavelmente do padre que baptisou o primeiro da familia, como era costume, e com tempo se transformou em Marchona ou Marchon.

pesado, ou o caminho breve, bastam dois carregadores, um adeante e outro atraz. Taes transportes são differentes dos palanquins e andores, pois n'estes, da cana pendem não rêdes, mas liteiras ou leitos pequenos, nas quaes o individuo se senta com as pernas extendidas, ou meio descançadas sobre almofadas, indo assim commodamente. Tambem o palanquim differe do andor, porque n'este a cana é direita como nas rêdes, e n'aquelle, para commodidade da pessoa que vae, isto é para que possa haver maior espaço para ter a sua cabeça levantada, a cana é curvada em forma de —∩—, o que se faz quando ainda é pequena e tenra. Estes palanquins são os transportes mais convenientes e de honra (1). Não se obtêm muitas canas boas e proprias para supportar tal peso, e porisso, são caras, vendendo-se cada uma a 100 ou 120 pardaus, que equivalem a 60 corôas nossas. (2) Ainda mais, os palanquins, an-

(1) De ha muito se não usam em Goa as *rêdes*, nem os *andôres* e *palanquins*, de que falla o viajante. *Palanquins* vêm-se de raro em raro nos prestitos nupciaes dos hindús brahmanes, os quaes logram a posse e gôso exclusivo, em taes occasiões, d'esse transporte e de certas insignias, que, em vão, lhes têm sido disputado, n'uma lucta secular e intransigente, pelos ourives: uma questão antiquissima que envelhece, mas não morre, nem morrerá breve.

A's *rêdes*, *andôres* e *palanquins* succederam as *machilas*, de varias formas, para uma e duas pessoas, com mais ou menos vistosos tendilhões durante o verão. A sua chronica local tem paginas honrosas, pois serviram de transporte ao Infante D Augusto de Bragança, quando esteve entre nós (dezembro de 1871 a março de 1872) e ao Principe de Galles, actual rei Eduardo VII, quando visitou em Goa (27 de novembro de 1875), não tendo esquecido ao *reporter* da sua viagem, W. H. Russell, deixar estampada na sua interessante obra, *The Prince of Wales, Tour*, a elegante *machila* em que andou o régio personagem com o então governador, general Tavares de Almeida. As *machilas*, porém, vão dando successivamente logar aos trens de cavallos, de que ha um grande numero em Pangim, Margão e Mapuçá, e que já apparecem nas aldeias onde ha estradas. Não pudemos ainda apurar a origem da palavra *machila*; julga Cunha Rivara que viria do vocabulo tamil *mungil*, que significa bambú, tomando-se pelo todo a parte que principalmente facilita o transporte (*Archivo de Pharmacia*, 3.º vol., 1866, pg. 147 n.). Vejam-se as duas notas seguintes.

(2) D'essas canas já fazia menção Garcia da Orta, que diz: «Ha umas arvores grandes, e altas tanto como freixos, e outras mais pequenas, e isto ha em Bisnaguer, e suas terras, e no Malavar tambem; e tem os ramos direitos pela maior parte, senão alguns d'elles, que vem de boa feição, que entortam e alcorcovam, pera fazer as canas dos palenquins e andores que na India se uzam. Tem entre nó e nó quantidade de um palmo, e a folha pouco mais comprida e larga que a da oliveira nossa»,— (*Colloquios*, fls. 194 a 194 v.). O preço indicado

dores e rêdes são cobertos exteriormente, para abrigo das chuvas, com tendas resistentes de folhas de palmeira, isto é, do coqueiro e outras arvores semelhantes, bem trabalhadas, que, deitadas sobre a cana, pendem para ambos os lados, tendo duas portinholas que se podem abrir e fechar. Essas tendas resguardam muito bem da agua, e podem ser retiradas facilmente, quando se queira, e transportadas por qualquer criado. Fallei d'espaço acerca d'estes transportes, por serem desconhecidos entre nós, ainda que me lembra ter visto na Italia figuras de rêde ou *rete* em certos mappas do mundo, e, se não erro, entre os meios de transporte no Brazil onde, creio, são usados, e, em verdade, são vulgares na India, não sómente nas cidades. mas ainda nas longas jornadas. Para experimentar quiz. pois, servir-me do transporte descripto, e não omittirei que os carregadores, a que me referi, se contentam com insignificante salario. E' prohibido aos homens andar em palanquins nos territorios portuguezes da India, por ser cousa effeminada, comtudo, visto os portuguezes serem pouco observantes das suas proprias leis, foi tolerado, a principio, o uso durante as chuvas, depois actuaram os favores e presentes, até que os palanquins se tornaram tão geraes, que quasi todos se servem d'elles á roda do anno inteiro. (1)

. . . . . .

A 17 de agosto, os gentios «celebraram uma festividade n'um logar em Goa, chamado Naroá, á qual concorreu um grande numero d'elles, como se fosse para obter perdão ou absolvição, e veiu em peregrinação muita gente de

---

pelo viajante é que parece bastante exaggerado; talvez houvesse confusão com o de todo o palanquim aparelhado.

(1) Foram numerosas as provisões expedidas no seculo XVII prohibindo o uso de *palanquis, andores, rêdes, cadeiras, e qualquer outro genero de carreto excepto em cavalgadura*, como se pode vêr no citado *Archivo da Relação*, docs. n.os 36, 37, 230, 338, 372, 414, 449, 551, 594, 808 e 820, — e no *Archivo Portuguez-Oriental*, fasciculo 6.º, doc. n.º 267. As autoridades ecclesiasticas intervieram tambem no assumpto: o 5.º concilio provincial, realisado em 1606, estatuiu no décreto 23 da acção 4.ª:

«Os palanquins cubertos com tendas, da maneira que se usa nesta Provincia, são occasião de muito grandes offensas de Deos nosso Senhor, e perjudiciaes aos bons costumes da republica, porque dentro delles nas casas, nas ruas, nos cantos, e ainda nas praças, se commettem gravissimos pecados, que por serem escondidos, e encubertos se fazem mais ousadamente, aos quaes desejando atalhar a sagrada Sy-

paizes distantes, para se lavarem ahi, mergulhando-se no braço do mar ao mesmo tempo homens e mulheres, todos nús, sem recato algum, ainda pessoas qualificadas, e atirando á agua fructas, perfumes e outros objectos, em offerenda á deidade maritima da localidade, com outras cerimonias, devoções e cousas semelhantes. De tudo isto não posso dar noticia detalhada, vistoque uma chuva copiosa me privou de ir vêr a festividade, e foi tambem motivo para o concurso dos gentios não ser maior. Comtudo não deixarei de mencional-a perfunctoriamente, pela consideração em que elles a têm. Esta festividade e devoção dura dois dias, sendo mais notavel o primeiro» (1).

---

nodo pede com grande efficacia, e debaixo do temor do divino juizo ao V. Rey mande por sua ley com graves penas que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, que seja, homem, ou mulher, casado ou solteiro, traga palanquim cuberto de todo com tenda de palha, nem de qualquer genero de panno, ou seda, senão de modo, que todos enxerguem de fóra se he homem, ou mulher, o que vai n'elle, acudindo no modo, que melhor parecer, aos incommodos do sol, e da chuva ás pessoas, que nelles quizerem andar, e mandar a todas as pessoas ecclesiasticas sob pena de excommunhão *latae sententiae*, e de cem pardáos pagos do aljube, não usem dos ditos palanquins fechados na forma sobredita», — *Archivo Port.-Or.* fasc., 4.º, pg. 273.

Parece que este decreto synodal não agradou á *cidade* ou camara de Goa, pois, na carta que dirigiu a Sua Magestade no mesmo anno de 1606, escrevia no § XXIII:

«O anno passado deu esta cidade a V. Magestade conta de como o Arcebispo Primaz tratara de ordenar como as molheres andassem com os palanquins descobertos, ou ao menos meos descobertos, sobre o que se lhe fizerão as lembranças e requerimentos necessarios por parte de todo este povo, e se deram as razões que contra isso avia, que tambem se enviarão a V. Magestade, com tudo em hum Concilio que fez este verão passado, se tratou esta materia, e se assentou pedir-se a V. Magestade mandasse que os ditos palanquins andassem de feição que se podesse vêr quem nelles hia. A materia he tão odiosa, e de calidade que em nenhuma forma deve V. Magestade conceder, nem mandar tal, pois esta terra he fronteira. As razões que pera isso ha estão escritas a V. Magestade: façanos V Magestade mercê não innovar nada, e assy o pede todo este povo a V. Magestade», — cit. *Archivo*, fasc. 1.º, 2.ª parte, 2.ª edição, pg. 186 a 187.

(1) Trata-se da popularissima festividade annual de *thirta*, que os hindús celebram annualmente em Naroá de Bicholim no 8.º dia (*tasthaune*) da lua cheia do mez lunar de *xravono* (julho a agosto). Ha inexactidão da parte do autor quanto ao local e a dizer que homens e mulheres se banharam nús. A primeira póde considerar-se rectificada por elle proprio, quando na 8.ª carta, como se verá no seu logar, falla da *thirta* do anno subsequente, 1624. Quanto á segunda, teve autorisado companheiro, como logo veremos, n'um prelado, o celebre D. Igna-

A 31 de agosto, «um galeão, que veiu de Mascate (o primeiro barco que entrou n'este anno depois da abertura da barra), trouxe noticias de que Ruy Freire, tendo estado alguns dias em Mascate com a sua esquadra de 16 naus, fôra atacar a fortaleza de Soahar a qual, tendo sido antes abandonada pelos portuguezes, estava agora fortificada pelos persas com numerosa guarnição; — que não a pudera tomar, ainda que no combate fossem mortos muitos mouros e cerca de 25 portuguezes, entrando tres ou quatro officiaes, homens de valor e consideração; — que alguns pensavam não ter Ruy Freire procedido bem n'essa acção, arriscando e perdendo gente n'um logar de tão pouca importancia; — que, proseguindo elle no cerco, lhe tinham sido apresentados artigos de capitulação pela guar-

---

cio de St.ª Thereza, de quem uns contam romanescas aventuras, e outros, actos de fervorosa piedade.

Conforme se lê no 4.º concilio provincial de Goa, celebrado em 1592, e em varios outros documentos do seculo XVII, o local da *thirta* era defronte do passo de Naroá, na outra banda da ilha de Divar. Diz o decreto 6.º, acção segunda, d'esse concilio:

«He grande a devassidão, que ha nesta Ilha de Goa, nos dias, que ha terras firmes de fronte do passo de Naroá á nossa vista se faz a festa do lavatorio gentilico, porque passão a ella em nossas embarcações os gentios vassalos, e com elles de mistura vão muitos christãos novamente convertidos a se lavar, e fazer as mesmas cerimonias, do que se segue escandalo, e grande desserviço de Deos; pelo que desejando o Concilio evitar todos esses males, ordena, e manda que nenhum christão da terra tres dias antes da dita festa, e emquanto ella durar, passe pelos passos do Daugim, e Naroá para a terra firme sem licença do Ordinario, sob pena de pagar hum pardão, e aos barqueiros de laurins, e quaesquer outros encarrega sob pena de excommunhão, e perdimento de suas embarcações não passem gentios, nem christãos sem a dita licença pelos ditos passos no sobredito tempo», — cit. *Archivo*, fasc. 4.º, pg. 188 a 189.

No seculo XVIII encontramos sobre a *thirta* curiosas especies. Em 11 de março de 1727, expediu el-rei D. João V ao vice-rei João de Saldanha Gama a seguinte provisão.

«Faço saber ..... que o Arcebispo Primaz de Goa me faz presente em carta do primeiro de Dezembro do anno de 1725 em como costumão os gentios do todo esse Concão, e os mesmos meus vassallos na Lua cheia de Agosto fazer hum solomne lavatorio no Rio que fica no passo de Naroá das nossas terras em memoria de humas Pagodes que tinhão da parte daquem do Rio nos nossos limites, da qua hoje se não conservão mais que os vestigios, os quaes ainda daquelles infieis são adorados e venerados, e no acto do dito lavatorio lhes fazem varios salamos e adoração e roverencia, trazendo outros varios Iudios (ídolos) em procissão no tempo em que os Grous e Botos, que são os seus Sacerdotes, estão lavando os sugeitos de hum e outro sexo, rezando em voz alta

nição que se achava dentro e que sahira com armas e bagagens. Que, depois, Ruy Freire atacára e tomára outro logar na costa da Arabia, denominado Galfarcan, e que cheio de indignação, creio, pela morte dos seus officiaes em Soahar, e para lançar terror, não deixára viva uma só pessoa, sem attenção ao sexo, nem á edade. Não posso approvar este procedimento cruel que, egualmente, alienará as sympathias dos povos d'aquelle paiz e incitara os inimigos a combaterem-n'o mais obstinada e valorosamente, visto que não esperam tregoas. E' tudo quanto se tem feito n'aquellas regiões, em roda de Ormuz, pois para cousas maiores são necessarios novos e mais importantes reforços do vice-rei; mas sabe-se que Ormuz e Queixome

---

certas orações que se estam ouvindo distintamente na nossa parte pela estreitura do rio, que ho hum braço principal e tão apertado que dous balões atravessados o occupão todo, e que a este acto supersticioso concorrem muitos Portuguezes christãos a prozenciallo assim do rio em balões como da terra, e de cima do dito forte com multiplicadas indecencias, porque alem daquella presença e assistencia o culto falso e supersticioso, tem a da immodestia vendo as mulheres gentias verem-se todas núas na agua, ou quando muito cubertas da cintura para baixo com hum véo tão fino que depois de molhado se vê o corpo como se nadu o cobrisse, pelo que e por outros inconvenientes os Concilios Goanos tem prohibido estas presenças, e assistencias não só aos Christãos, mas aos mesmos gentios subditos do Estado, como se via de copia dos ditos decretos; e porque esta providencia não tem sido efficaz, e querendo elle Arcebispo renovar aquellas leis, experimentára o desprezo a contradicção que em outras semelhantes tem experimentado; e por isso me fazia esta representação para eu mandar dar a providencia que me parecer mais efficaz, justa e conveniente; nesta attenção, Me pareceu ordenar-vos façaes executar os Decretos Conciliares que prohibem a assistencia deste lavatorio, e quando haja razão que encontre esta prohibição, a proponhaes», — cit. *Archivo*, fasc. 6.º supplementos, doc. n.º 35.

O vice-rei, um dos mais notaveis do seculo XVIII, que não estava de bons termos com o arcebispo St.ª Thereza, respondeu em 7 de janeiro de 1728, com muita habilidade e ironia ao mesmo tempo:

«Senhor. O recolhimento em que vive o Arcebispo Primaz, e o zelo que mostra no serviço do Deos, lhe não deo lugar a informar-se como devia para a representação, que fez a V. Magestade; porquanto o lugar em que se faz este lavatorio he o de Naroá, terra do Sar Dessay Fondú Saunto Bounsuló, e em tal distancia do nosso Naroá, que do seu forte se não divisa.

A largura do rio, que divido este sitio das nossas terras, ho tal, que as mãopostas do dito Sar Dessay no tempo da guerra do Bicholim, não offendião as embarcoções que passavão pelo rio, hindo alguma cousa arrecostada aos nossos vallados

O traje em que as gentias entrão neste lavatorio he o mesmo que costumão trazer ordinariamente; só com a differença do pôrem pelo pescoço aquelle panno ou lançol, que á imitação de manto trazem pela cabeça

estão muito bem fortificados pelos mouros».

Com referencia a 26 de setembro, escreve: «O sr. D. Garcia da Silva e Figueroa, no meu tempo embaixador de Sua Magestade Catholica na Persia, nunca voltou á Hespanha. Por causa de varios accidentes e da opposição que os portuguezes lhe moviam por ser castelhano, como elle dizia, ou, segundo outros, por sua propria resolução e desejo, embarcou de regresso n'um patacho ou chalupa, mas retrocedeu, assustado por uma tempestade, ainda que sem motivo. Encontrei-o em Goa, quando cheguei, e aqui nos relacionamos (1)». Descreve em seguida a visita que D. Garcia lhe fez.

A prohibição comtudo de hirem Portuguezes ver este lavatorio, se advertirá ao Santo Officio, para que a continue, parecendo-lhe, como em algum tempo fazia. Porque o prohibilo he impraticavel, por ser em dominio estranho, e concurso de mais de vinte mil pessoas, que será necessario o fazer á força de artilharia quebrantando huma paz; o prohibilo aos gentios vassallos do Estado, será injustiça, porque V. Magestade lhe tem permittido o hirem á terra firme fazer outras cerimonias de mayor escandalo, pois esta só he em conveniencia dos Botos e Jogues que os tom persuadido que com a esmola que alli lhe dão, ficão expiados de suas culpas: por estas razões me parece não deve V. Magestade fazer caso desta representação, nem eu ponho em execução a sua Real ordem sem V. Magestade me ordenar que *ex vi* della rompa a guerra se necessario for».— cit. doc. n.º 35.

Sobre esta informação, resolveu S. M. ao vice-rei, em 23 de outubro de 1728:

« . . . . as razões que propondes para não dares á execução a ordem que se vos enviou, são taes que se vos louva o não a executardes, e que só deveis procurar que os Portuguezes e mais christãos não assistão ao dito lavatorio», — cit. fasc. 6.º, supplementos, doc. n.º 119.

A *thirta* dura um dia só, e, portanto, a festividade, a que no final allude o viajante, parece qualquer outra. Pensa o editor inglez que seria o *Pitri Paksh*, que se celebra pelos fins do mez de *badrapôd* (agosto a setembro) em honra dos *pitras* ou antepassados.

Sobre as origens da *thirta* e outras particularidades, leia se a nota (1) a pag. 8 do *Resumo da Historia de Goa*, pelo senhor padre M. J. Gabriel de Saldanha, e um artigo publicado pelo senhor Eugenio Gomes no *Instituto Vasco da Gama*, 4.º vol. pg. 257, sob a epigraphe *Thirtas notaveis em Goa*.

(1) Esta embaixada de Figueroa e as suas peregrinações durante dez annos constituem uma chronica mui curiosa, que Abrahaun de Wicqfort, diplomata hollandez, escreveu em hespanhol, e que foi publicada em francez no anno de 1667. D'ella dá Barnardes Branco, como dissémos em a nota a pg. 151, um copioso extracto, sufficiente para nos patentear o estado social e politico da India, por aquella epoca. Figueroa viéra em 1614, no governo de D. Jeronymo de Azevedo, e, por fim, conseguia regressar á patria em 1624.

Na tarde de 30 de setembro, vespera do primeiro domingo de outubro, «os dominicanos com a irmandade do Rosario fizeram uma solemne procissão em Goa com muitos andores e imagens, vestidas á sua maneira, e adornadas com ricas joias; todas as ruas do transito estavam juncadas de folhagem verde e flôres, e as janellas tendidas de custosos tapetes e colchas. A' festa do Rosario, que é annual, assistiu toda a cidade. Essa procissão realisa se depois das vesperas, e na manhã do dia da festa ha outra procissão, limitada ao adro da egreja, mas com egual pompa, e com o Santissimo Sacramento». (1)

A 10 de outubro, o vice-rei nomeiou a João Fernandes Leitão, amigo do viajante, para ir como seu embaixador á côrte de Venctapa Naique, principe gentio no Canará do sul, com o qual o Estado tinha proximas relações.

«O principe Venctapa Naique foi por algum tempo vassalo e um dós ministros do grande rei de Vidia Nagar, que os portuguezes denominam por corrupção Bisnagár mas, após a queda d'esse rei que, ha poucos annos, pelas guerras contra elle suscitadas pelos seus visinhos, perdeu com a vida a maior parte dos seus dominios, e ficou a bem dizer quasi extincto, tornou-se, como alguns outros naiques, que primitivamente eram vassallos e ministros, absoluto senhor da região, de que era governador, e que, valente soldado como é, alargou muito, tendo tomado á força muitos territorios de diversos naiques e pequenos principes, seus visinhos. Resumindo, cresceu em reputação a ponto que, tendo tido uma guerra com os portuguezes e havendo-os derrotado, é agora tratado por elles como amigo, e, para firmar essa amizade, vae mandado o embaixador em nome de El-rei de Portugal, intitulando-se embaixador do Estado da India, e, embora enviado pelo vice-rei, comtudo leva, segundo o estilo, credenciaes escriptas em nome de El-rei, para honrar mais o destinatário».

---

(1) A egreja do Rozario, uma das mais antigas de Goa, situada no monte a que dá seu nome, foi parochial e pertenceu aos dominicanos. Chamou-se algum tempo *Collegiada* e *Priorado*, titulo este por que ainda hoje é conhecida pelo povo; mas, pela portaria provincial de 12 de novembro de 1868, confirmada por decreto do 19 de fevereiro de 1869, foi extincta e mandada considerar capella filial a Sé Cathedral, a cuja fabrica e sacristia foram aggregados os respectivos cofres e haveres.

Sobre o itinerario da procissão da festa, do que falla o viajante, encontramos tres variantes de texto, seguindo a que nos parece mais provavel.

João Fernandes Leitão foi o primeiro embaixador mandado á côrte de Venctapa em nome de El-rei, retribuindo-se assim a embaixada que esse principe enviára ao vice-rei, para tratar do mesmo assumpto. O embaixador de Venctapa fôra um brahamane, chamado Vitola Sinay, que por longo tempo esteve em Goa.

Della Valle «tendo conhecimento do projecto d'esta embaixada, e desejando vér as regiões dos gentios, onde governam elles proprios e observam os seus ritos sem sujeição alguma aos christãos, mouros, ou principes de religião differente, como nas terras que já vira, offereceu-se a acompanhar o amigo Leitão, o qual ficou muito contente com ter essa companhia».

Com esta noticia termina Della Valle a sua terceira carta, prevenindo o amigo Schipano de que vae sahir de Goa em 13 ou 14 de outubro, e de que espera ter assumptos sufficientes para o entreter.

(*Continúa*)

J. A. Ismael Gracias.

Camaras agrarias e communidades agricolas

(Continuação do numero antecedente)

Contribuição das camaras geraes das Velhas Conquistas

Em 1833 foi imposta ás camaras geraes das Ilhas, Salsete e Bardez uma outra contribuição, de cuja historia vamos dar aqui os principaes traços.

A provisão do conselho ultramarino de 2 de maio de 1832, expedida em virtude da resolução do governo de S. Magestade, de 9 de janeiro antecedente, e dada sobre a consulta do mesmo tribunal de 31 de março de 1830, relativamente ao ensino de medicina e cirurgia em Goa, determinou que o governo do Estado fizesse escolher, por concurso, quatro mancebos deste paiz dos de maior talento e boa conducta para irem a Portugal para dois aprenderem medicina e dois medico cirurgia, por conta da fazenda real quando não pudessem concorrer com metade das despezas o senado da cidade e as camaras das provincias.

Em consequencia d'essa régia determinação, foi por portaria do vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, fixada a quantia de 6 mil xerafins como annualmente precisa para o subsidio de estudantes que houvessem de ir estudar no reino, rateiando a mesma quantia na seguinte proporção:

Ao senado da camara das Ilhas coube no rateio contribuir com mil xerafins.

A' camara agraria das Ilhas, 500 xerafins.

A's camaras agrarias de Salsete e Bardez. mil xerafins a cada uma.

E a cargo da fazenda publica ficou o supprir com a importancia faltante de 2·500 xerafins.

Consistia portanto em a quantia de 3.500 xerafins a contribuição annoal com que entravam no thesouro publico as tres camaras geraes das Ilhas, Salsete e Bardez, e o senado da cidade de Goa.

*

* *

Conhecida a origem da contribuição de que estamos tratando, vejamos os seus successos posteriores até chegarmos a epocha de sua extincção.

A arrecadação da contribuição começada em 1833, continuou a ser feita integralmente até ao anno de 1847, constando de uma informação official dada ao governo do reino em 1839 que o senado da cidade contribuia mil xerafins, as camaras agrarias de Salsete e Bardez mil xerafins cada uma e a das Ilhas de Goa 500 xerafins.

Depois que o senado da cidade foi substituido por camara municipal, esta solicitou e obteve ser dispensada do encargo dos correspondentes mil xerafins, dispensa que lhe foi concedida por portaria do governo de 19 de outubro de 1848.

D'ahi por diante a contribuição de que nos occupamos limitou-se a quantia de 2.500 xerafins, que as tres camaras geraes continuaram a pagar á fazenda publica desde o 4.º trimestre de 1848 até ao fim do anno de 1873.

Corriam as cousas n'estes termos quando em junho de 1872 veio um novo incidente perturbar a regularidade no pagamento e arrecadação da mesma contribuição. A causa disto foi a régia portaria n.º 31 de 18 de maio de 1872, motivada, ao que parece, pelo seguinte facto.

*

* *

Não consta que depois de 1848 tivessem ido para Portugal mancebos de Goa prestacionados pelas camaras, se não no anno de 1870, occasião em que a junta de fazenda approvando a proposta do governador José Ferreira Pestana escolheu 6 mancebos para irem estudar no reino e resolveu, em abril de 1870, abonar-lhes uma prestação mensal para sua sustentação na metropole, resolvendo posteriormente, em novembro de 1871, que o numero de 6 estudantes fosse reduzido a 4; e desta resolução deu conta ao governo superior, em 13 de janeiro de 1872.

Em resposta veio a citada portaria n.° 31 desapprovando e mandando suspender o abono que a junta de fazenda auctorisara a 4 mancebos prestacionados pela verba da contribuição estabelecida para este fim. Fundava-se esta portaria em que a provisão do conselho ultramarino de 2 de maio de 1832, além de ser um documento nullo por dimanar do governo usurpador tinha por fim occorrer á necessidade do ensinomedico, commettido já a escola competente; e que na lei de despesa não ha verba que auctorise a despeza das prestações abonadas.

Apenas que a camara geral das Ilhas teve conhecimento da citada régia portaria, não se descuidou em requerer á junta de fazenda pedindo a desoneração da respectiva contribuição, pedido que foi desattendido pela resolução da mesma junta de 16 de novembro de 1872, no fundamento de que a régia portaria que não approvou o abono de subsidio aos estudantes, não mandou sobrestar na cobrança da contribuição que era paga pelas camaras e que entrava na receita geral do Estado por effeito da legislação posterior á provisão de 1832, e com a qual se contara certamente, como se infere da alludida portaria ministerial, para a ampliação e organisação do serviço de saude neste Estado.

Da denegação ao seu pedido, a camara das Ilhas recorreu ao governo de Sua Magestade no reino; e por outro lado tambem a junta de fazenda deu conta ao mesmo governo do occorrido a este respeito, consultando sobre a correcção da sua resolução.

Decorridos quasi dois annos é que veio a final solução d'esta questão.

*

* *

Parece que em principios do anno de 1874 já soara a hora da extincção da contribuição que pezava sobre as camaras geraes.

O relatorio apresentado á camara dos senhores deputados, em sessão de 20 de março de 1874, pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, Andrade Corvo, dizia que = tendo convencido a experiencia de que não se devia tolerar o abuso de irem á Europa, á custa da fazenda e das communidades agricolas, alguns individuos para estudarem unicamente em proveito proprio e nenhuma vantagem do Estado, seguia-se como conse-

quencia natural desonerar as camaras geraes da contribuição que para esse fim pagavam contra a vontade d'ellas.

Em seguida veio a tabella orçamental do Estado para o anno economico de 1874-1875 auctorisada pelo decreto de 30 de abril de 1874, cujo artigo 12.º aboliu algumas imposições que se cobravam no Estado da India, comprehendendo entre ellas a contribuição das camaras geraes das Velhas Conquistas para a sustentação de alumnos nas escolas do reino.

Termina aqui a noticia historica da contribuição das camaras geraes das Velhas Conquistas, a qual tendo começado em 1833 cessou em 1874, depois de 42 annos de duração.

Por ultimo faremos as seguintes indicações illucidativas do assumpto.

No Boletim do governo da provincia, n.º 42 de 1859 está publicada a relação nominal dos individuos que das provincias ultramarinas foram para o reino estudar á conta da fazenda publica, desde 1833 até 1857. D'aquella relação se mostra o resultado dos estudos e o destino que tiveram os alumnos estantes no reino.

E na «Noção de alguns filhos distinctos da India Portugueza» ordenada por Miguel Vicente de Abreu, está publicada a provisão do conselho ultramarino de 2 de maio de 1832, bem como mais alguns documentos que tratam do assumpto. Está tambem publicada a relação nominal dos ultimos 6 estudantes prestacionados pelas camaras agrarias.

J. M. do Carmo Nazareth.

A MISERICORDIA DE GOA

(Continuação do numero antecedente)

Quanto aos varios compromissos da Santa Casa, diz o Visconde de Bucellas,

«A Santa Casa da Misericordia de Goa foi inaugurada com o primeiro compromisso da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, fazendo se nelle antecipadamente as alterações apropriadas ao paiz em que se ia introduzir esta nova instituição como aos fins especiaes a que se propunham os seus instituidores.

«A Santa Casa da Misericordia de Lisboa se regeu e governou pelo seu compromisso da fundação até ao anno de 1554, em que por carta de 15 de outubro El-Rei D. João III confirmou um novo compromisso, que o provedor e irmãos da referida Misericordia fizeram subir á sua presença.

«Um treslado deste novo compromisso veio á Misericordia de Goa a seu pedido em 1568 e a pia mesa daquelle anno, presidida pelo provedor Martim Affonso de Mello, depois de lhe fazer algumas alterações e de lhe accrescentar alguns capitulos se dirigiu pela petição seguinte ao vice rei Dom Antão de Noronha:

«O provedor e irmãos da Misericordia desta cidade de Goa fazemos saber a V. S.ª em como a dita confraria se governou e administrou até agora pelo compromisso antigo que veio de Lisboa ..... e por sermos informados que o provedor e irmãos da dita Misericordia accrescentaram e diminuiram algumas cousas em serviço de Deus e da confraria no dito compromisso, as quaes ora veem por confirmação de S. Alteza e a pedimento nosso nos veio este anno o treslado do dito compromisso ..... pedimos a V. S.ª haja por bem de o confirmar em nome d'el rei nosso senhor, assim e da maneira que nelle contem, no que receberemos esmola e Mercê».

«Obteve este compromisso em derradeiro de junho do dito anno e cumpra-se do referido vice-rei, e em outubro de 1569 uma carta de confirmação passada pelo vice-rei Dom Luiz d'Athayde em nome de el-rei Dom Sebastião.

«Correu o governo do estabelecimento pelo compromisso de 1568 até ao anno de 1576 em que novamente o reformaram, dando-lhe além das

alterações que se fizeram no seu corpo, um additamento de novo capitulos, o foi esta reforma confirmada pelo governador Antonio Moniz Barreto, em nome do predito rei Dom Sebastião a 20 de junho daquelle anno.

«Das actas existentes no archivo da Santa Casa deprehende-se que os tres compromissos, cuja noção acabamos de dar, haviam sido tão irregularmente preparados para a execução, que os irmãos se viam na necessidade de recorrer a elles simultaneamente em casos duvidosos considerando-os todos vigentes, e que a pia Mesa de 1595 a 96 presidida pelo provedor Antonio de Azevedo querendo remediar este mal consultara sobre o objecto o vice-rei Mathias d'Albuquerque, e tomara com o seu parecer a deliberação de confeccionar um novo compromisso, revendo e examinando os que tinha tido até essa data a Santa Casa; o bem assim um outro que havia ultimamente chegado de Lisboa.

«Diz o assento respectivo, que ..... «Como nos tres compromissos que andam entre mãos na Meza dos despachos; um da serenissima rainha Dona Leonor primeira instituidera e fundadora desta confraria; outro reformado por el-rei Dom João III de boa memoria ..... o o terceiro ultimamente concertado, emendado, accrescentado o impresso em Lisboa, havia tanta differença nos entendimentos dos irmãos da Mesa quanto aos mesmos compromissos, porque a uns parecia que se devia a irmandade governar pelo da rainha D. Leonor ..... como o de maior veneração e auctoridade; a outros que o d'el-rei Dom João como confirmado que ora por S. Alteza ..... e a outros que o terceiro ..... como o mais claro, copioso e ordenado, etc.» tomou-se o accordo de fazer proceder quanto antes á confecção de um novo compromisso segundo arima fica dito.

«O assento para confecção do compromisso de 1595 tem a data de primeiro de setembro. Reunindo-se n'esse dia a irmandade da Santa Casa, elegeu, afim de ajudarem o provedor e os irmãos da mesa no trabalho de organisar devidamente o dito compromisso «quatorze irmãos, sete nobres e outros tantos officiaes, pessoas antigas e exercitadas no governo da casa, e alguns d'elles letrados de muita autheridade.»

«Os mesarios e os quatorze eleitos sem que deixassem de attender aos tres compromissos existentes, se arrimaram de preferencia ao que havia chegado ultimamente de Lisboa, accommodando-o o mais possivel «aos tempos presentes e ao Estado da India em que vivemos.»

«Encerraram-se os trabalhos em data de 10 de novembro do dito anno, como se vê do respectivo termo lavrado por Nuno Velho de Macedo, escrivão da S. Casa.»

«E' este o compromisso, d'entre os quatro que teve a Misericordia de Góa no decurso proximamente de oitenta annos, o unico que possue hoje o seu archivo. Todos os outros desappareceram, até o impresso, do qual encontramos apenas uma copia irregularmente ordenada e de uma letra que mal se percebia.

«Recordamo-nos ter visto mencionada em alguma parte a notavel circumstancia de que vieram remettidos á Santa Casa da Misericordia de Goa tão sómente dous exemplares do seu compromisso de 1576,

impresso em Lisbôa. Não admira portanto que tivesse a sorte dos dous compromissos que o precederam.

«Segundo parece, a idea de fazel-o imprimir não acompanhou a intenção de querer tornar a lei da casa de extensivo conhecimento do publico, nem mesmo da irmandade; só se pretendeu provavelmente evitar os vicios de que não poucas vezes se enchem as copias.

Corrobora a presumpção de se não ter querido vulgarisar até então os preceitos do instituto, o trecho seguinte que respeita ao compromisso de 1595:

«Acceito e jurado este compromisso assim pelo provedor e irmãos mesarios como pelos efeitos em nome da irmandade, se assentou que «todos os outros compromissos se recolhessem para nunca mais apparecerem ..... e que do actual compromisso não houvesse mais que dous treslados, um que esteja no cofre das tres chaves, e outro que ande no serviço e uso da mesma, donde não será levado para fora senão quando fôr muito necessario por ordem do provedor e irmãos da meza.»

«O compromisso de 1595 continuou a vigorar na Santa Casa da Misericordia de Goa até que chegou aqui o compromisso da Santa Casa da Miseridordia de Lisboa, approvado por alvará regio de 19 de maio de 1618, e impresso em 1619.

«Este compromisso fez ver a irmandade que era indispensavel abandonar o systema de alterar os seus compromissos por meio de additamentos e notas que tinham muitas vezes o caracter de excepções, modificações e até revogações do que havia servido de doutrina, deixando o corpo delles no mesmo ser; systema este que foi sempre sustentado desde a primeira reforma provavelmente por se desejar que apresentassem os ditos compromissos, apesar de reformados, todos os graos de alteração porque iam passando.

«Tratou-se pois immediatamente de proceder á confecção do projecto de um novo compromisso, segundo o systema adoptado pela Misericordia de Lisboa na confecção do dito seu compromisso de 1618. O projecto do novo compromisso, remettido em 1626 para obter a sancção regia, foi approvado por alvará de 23 de fevereiro de 1633, mandado passar por el rei Dom Filippo IV.

«Imprimiu-se este compromisso em Lisboa no anno de 1732, e de lá chegaram, em novembro do mesmo anno, 283 exemplares em brochura á excepção de dous que vieram com encadernação de marroquim dourado. Estes assim encadernados foram destinados para o serviço da meza e se aprompturam mais 13 de encadernação ordinaria para serem distribuidos pelos irmãos mesarios em exercicio.

«Depois do compromisso de 1633 que teve uma existencia de mais de dous seculos, seguiu-se aquelle que foi confeccionado em 1839, e aqui impresso na typographia do governo em 1841.

«A meza de dito anno de 1839, presidida pelo provedor José Antonio Vieira da Fonseca, governador geral interino deste estado, tendo nomeado por portaria de 3 de setembro uma commissão encarregada de formalisar um novo compromisso, recebeu a 22 d'outubro immediato o

compromisso formalisado. Os defeitos que se notam neste compromisso são consequencias da precipitação com que o promptificaram.

«Attendendo-se muito pouco ás disposições dos innumeros assentos assim da meza como do adjunto, que em periodo tão dilatado haviam sido tomados a bem do estabelecimento, supprindo a insufficiencia de um compromisso que se tornava cada vez menos correspondente á epocha em que tinha de ser executado.

«Pelo compromisso de 1839 se regeu a casa até ao anno de 1851, em que o barão de Villa Nova de Ourem, governador geral deste estado, fundando-se na falta de approvação regia, suspendeu por portaria de 5 de março a sua execução, e mandou vigorar o immediato precedente, o de 1633.

«Encarado, pois pelo lado legal, é este hoje o compromisso da Santa Casa da Misericordia de Goa.»

Ao que se acaba de ler, só temos a accrescentar, que ainda houve mais um compromisso mandado formular pela portaria provincial n.º 378 de 26 de julho de 1892, e o qual foi discutido e approvado em reunião da irmandade a 8 de janeiro de 1893. Este tambem não logrou ser approvado pelo governo provincial, visto insistir na clausula de que só os europeus e seus descendentes poderiam ter ingresso na mesma confraria.

F. Ayalla.

GALERIA LAPIDAR NO MUSEU REAL DA INDIA PORTUGUEZA

(Continuação do numero antecedente)

N.º 22

Este portal
Se fez na era
De 1644 ao 4.º an
No da prodi
Giosa accla
maçam do Se
Reniss.º Rey
De Portugal
Dom Joam 4.º
Do nome e 18.º
Na successam
De seus legiti
Mos Reys Pay
Da Patria res
Taurador da

(Armas reaes)

Monarchia lu
Sitana cumpri
Mt.º das prome
Ssas divinas e
Esperanças
Portuguezas.
E sendo V. Rey
Deste Estado
O Conde D'Avei
Ras Joam da Sy
Lva Tello 4.º ta
Mbem do nome
E ao 4.º anno de
Seu governo
Feito no anno
De 1644.

Nota. — Grande pedra solia partida longiiudinalmenie ao arrancarem-n'a de alguma das antigas portas da Ribeira, onde esteve. Tem no centro as armas reaes e sobre o escudo um anjo de cada lado, e cada anjo com uma bandeira na mão, sendo a da esquerda com o anagrama dos Jesuitas e a da direita com a cruz de Christo. Aos lados do escudo em toda a extensão delle as imagens dos santos medicos Cosme e Damião tendo este uma pena na mão direita e um livro fechado na mão esquerda. Em baixo das imagens dos dois santos as inscripções *S. Cosme* e *S. Damião*

23

Hospital
Real do Espt.º St.º da cidade de Goa
Emparo de toda a India e reme
Dio de toda a soldadesca

Nota — Pedra solta medindo 9,52×8,51. Por cima do letreiro, baixo relevo representando a descida do Espirito Santo sobre os apostolos no Cenaculo. Pertenceu ao antigo hospital da cidade, contiguo á Ribeira.

(Continúa)

J. M. do Carmo Nazareth.

O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DE ARCHEOLOGIA

Fundada em 1904

Esta Revista é orgão da *Commissão permanente de archeologia da India Portugueza*. Publica-se em numeros de 24 paginas ou mais. Doze numeros formarão um volume, com o seu frontispicio, indices e capa especial.

Preço de cada numero avulso.....	0:05:06
Preco de cada numero por assignatura.	0:04:06

ASSIGNATURAS

Envia-se cada numero pelo correio aos assignantes acrescendo a importancia dos sêllos.

AVISO

Solicita-se de todos os nossos assignantes e leitores d'esta revista, a fineza de nos proporcionarem a leitura, analyse, e reproducção de quaesquer obras litterarias, manuscriptos, etc., plantas, quadros, aguarellas, photographias, desenhos, etc., de valor archeologico, sua propriedade ou que possam obter por emprestimo, os quaes serão cuidadosamente respeitados e restituidos. Aos referidos assignantes e leitores, que se dignarem satisfazer a este appello, serão manifestados os merecidos agradecimentos nos numeros d'esta revista.

De todas as publicações litterarias e scientificas, de que a commissão de redacção receber um exemplar, far-se-ha menção na Revista.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondencia litteraria, bem como os originaes destinados á publicação n'esta Revista, serão dirigidos a qualquer vogal da commissão de redacção, ou ao secretario da commissão permanente de archeologia, José Maria do Carmo Nazareth — Nova Goa; — sobre assumptos de administração, dirigir-se-ha a correspondencia á *Imprensa Nacional*.